



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOSÉLIA MARTINS DA SILVA
NADJA BARBOSA DA SILVA SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR
DOS ALUNOS SURDOS**

JOÃO PESSOA–PB
DEZEMBRO –2015

JOSÉLIA MARTINS DA SILVA
NADJA BARBOSA DA SILVA SOUZA

A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a MS. Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca

JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO – 2015

S586i Silva, Josélia Martins da.

A importância do bilinguismo no contexto escolar dos alunos surdos / Josélia Martins da Silva, Nadja Barbosa da Silva Souza. – João Pessoa: UFPB, 2015.
53f. ; il.

Orientadora: Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação de surdos. 2. Surdez. 3. Bilinguismo. I. Souza, Nadja Barbosa da Silva. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376-056.263(043.2)

JOSÉLIA MARTINS DA SILVA
NADJA BARBOSA DA SILVA SOUZA

A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a MS. Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Alásia Santos Ramos do Nascimento
(Examinadora)

Prof. MS. Luciano de Sousa Silva – UFPB
(Examinador)

JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO – 2015

A Deus, pela luz e força por mais esse sonho concretizado; aos nossos professores por nos proporcionar o conhecimento no processo de formação profissional e aos nossos familiares que sempre nos apoiaram durante todo nosso curso.

AGRADECIMENTOS

Josélia Martins

Agradeço a Deus por tudo, sempre.

Aos meus pais, José Martins (in memoriam) e Auricélia Martins.

Ao meu esposo, Jorge Isidro.

Às meninas Hadassa Santos, Fabiana Gomes e Andréa Costa pela parceria em vários trabalhos.

À Nadja Barbosa minha amiga e parceira de trabalho pela paciência.

Aos meus professores que me conduziram no caminho do conhecimento, em especial a professora Santuza Mônica pela enorme ajuda na construção deste trabalho.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho, meu muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Nadja Barbosa

Agradeço a Deus primeiramente, pelo fôlego de vida, pela minha existência, por ter me capacitado e por ter me dando força durante toda minha trajetória, pois sem Ele não conseguiria.

A minha mãe, Laurinete Barbosa por nunca ter me abandonado, pela brilhante educação que me deu e por sempre ter acreditado em mim.

Ao meu esposo Pedro Alexandrino e meus filhos Samara Barbosa e Pedro Henrique pela paciência, pelo apoio e companheirismo.

A minha prima Tatiane Karen Gomes de Almeida que sempre me incentivou a prosseguir e nunca me deixou na mão quando eu precisei.

As minhas amigas de sala, Andréa Costa, Hadassa Santos e Fabiana Gomes, companheiras que fizeram parte em todos os trabalhos do início ao fim.

A minha amiga e companheira no decorrer de todo curso, Josélia Martins, que por mais uma vez estamos de juntas nessa missão que resultou na construção desse trabalho.

A Professora e Orientadora, Santuza Mônica, por aceitar, pela confiança, pela dedicação, atenção e pela contribuição de seus saberes para realização desse trabalho.

Aos Professores Alásia Santos e Luciano Sousa, pelo carinho, atenção, que sempre compartilharam com seus conhecimentos para o meu crescimento profissional.

Enfim, sou grata a todos, que me deram forças contribuindo para que eu não desistisse dos meus sonhos.

“Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais”.

(Peça de teatro: Vozes da Consciência, BH)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar a importância do Bilinguismo no contexto escolar dos alunos surdos, compreendendo a influência dessa nova concepção no processo educacional. A pesquisa, de natureza qualitativa, também objetivou compreender as diferentes abordagens educacionais para os alunos surdos bem como identificar os principais problemas enfrentados por alunos surdos e problematizar a importância do intérprete para a escolarização do aluno surdo. Como instrumentos da pesquisa foram utilizadas a observação e a aplicação de um questionário composto de questões abertas e fechadas os quais nos ofereceu subsídios para compreender como de fato ocorre a questão do Bilinguismo em sala de aula. Participaram desta pesquisa professores, intérprete e pedagoga responsável pela sala de apoio (AEE), da Escola Municipal Durmeval Trigueiro Mendes, no município de João Pessoa. Após análise dos dados coletados foi possível observar que sujeitos da pesquisa não possuem uma definição consensual sobre o Bilinguismo. Além disso, constatou-se também, que existe a necessidade de inserção da formação continuada para o professor ser plenamente capaz de praticar uma educação bilíngue satisfatória. A partir dos resultados percebemos que uma proposta educativa baseada em uma perspectiva bilíngue propicia ao aluno surdo uma educação de qualidade, no sentido de que esta metodologia considera a língua de sinais como a primeira língua dos surdos, a sua língua materna.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Surdez. Bilinguismo.

ABSTRACT

This paper has as a main objective to analyze the importance of the Bilingualism in the school context of deaf students, understanding the influence of this new conception in the educational process. The research, of qualitative nature, also had as an objective to understand the different educational approaches to the deaf students as well to identify the main problems faced by deaf students and problematizing the importance of the interpreter to the schooling of the deaf student. As research tools were used the observation and the application of a questionnaire composed by subjective and objective questions which gave us subsidies to understand how the Bilingualism occurs in the classroom. It took part of this research: teachers, interpreters and the pedagogue responsible for the support room (AEE), of the School Durmeval Trigueiro Mendes, in the city of João Pessoa. After the analysis of the collected data, it was possible to observe that the subjects of this research do not possess a consensual definition about Bilingualism. Furthermore, it was also confirmed that exists the necessity to promote the continuous education in order to the teacher be fully able to practice an effective bilingual education. According to the results, we realize that an educational proposal based on a bilingual perspective provides to the deaf student a quality education, in order to this methodology considers the sign language as the first language, that means, their mother tongue.

Key-words: Deaf Education. Deafness. Bilingualism.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ASL – American SignLanguage

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Base

MEC –Ministério da Educação

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS SURDOS.....	13
2.2 OS SURDOS NO BRASIL.....	18
3.ABORDAGENS EDUCACIONAIS: ORALISMO, COMUNICAÇÃO TOTAL E BILINGUISMO.....	22
3.1 ORALISMO.....	22
3.2 COMUNICAÇÃO TOTAL.....	25
3.3 BILINGUISMO.....	27
4. PERCORRENDO O MUNDO DA LÍNGUA DOS SINAIS E A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	30
4.1 LÍNGUA DE SINAIS.....	30
4.2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	32
4.3 A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	33
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	37
5.1 CAMPO DA PESQUISA.....	38
5.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	39
5.3 TIPO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	40
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
8. REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A educação para surdos ao longo dos tempos vem ganhando destaque no cenário educacional do Brasil e do mundo. Ainda assim, podemos perceber que várias pessoas, entre essas as surdas, não possuem o acesso a educação como direito. Direito esse garantido pela Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que profere no Art. 1 “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Portanto, o aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino adaptado e com um ambiente favorável, no qual este possa desenvolver suas potencialidades.

Sabemos que é um processo lento e desafiador inserir o aluno com deficiência na escola regular de ensino; no entanto, efetiva-se que a educação seja um sistema de qualidade que atenda a todos, sem distinção. Por este motivo, com relação à educação dos surdos é fundamental que a escola tenha acesso às duas línguas: a língua de sinais (Libras), língua materna dos surdos e a língua majoritária do seu país, segunda língua, para que haja um melhor desenvolvimento e aproveitamento da comunicação na sala de aula entre os sujeitos surdos e as demais pessoas.

Ao cursarmos o Componente Curricular “Educação Especial” no terceiro período do curso, conseguimos ter outro olhar e, desse modo, compreendemos que todos somos diferentes dentro dos nossos próprios limites. A partir dessa perspectiva, foi aguçada nossa curiosidade por saber mais sobre as temáticas relacionadas à pessoa com deficiência, em especial à surdez. A escolha do tema se concretizou quando cursamos a disciplina de Libras com um professor surdo, e percebemos a dificuldade de comunicação existente entre ouvintes e surdos, quando não há um intérprete em sala de aula. Desse modo, sabendo da importância que tem um intérprete, e da importância do Bilinguismo na educação da pessoa surda é que nos propomos a estudar e aprofundar o conhecimento para construir novos saberes sobre esse tema.

Neste sentido, Marre (1991, p.10) aponta que ao escolhermos um tema de pesquisa “não se pode dizer que se faz uma escolha neutra; pelo contrário se faz porque está relacionado com um sistema de valores e com as convicções últimas do sujeito que escolhe”.

O trabalho inicia fazendo uma retomada sobre a história da educação dos surdos, discutindo os avanços e retrocessos ao longo tempo, bem como apresentando as abordagens educacionais que perpassaram a educação desses sujeitos ao longo dos tempos, quais sejam o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

Apresentamos no decorrer do trabalho a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS bem como sobre seu surgimento e sua regulamentação.

Tomando como base as nossas experiências, procuramos mostrar o Bilinguismo como instrumento fundamental e facilitador da aprendizagem no contexto escolar.

Para a construção deste trabalho recorreremos a aplicação de questionário e levando-se em conta as observações feitas no campo de pesquisa.

Assim, analisamos como, de fato, o Bilinguismo ocorre numa escola de ensino regular no Município de João Pessoa. As questões norteadoras da pesquisa procuraram responder se o Bilinguismo está atendendo efetivamente à necessidade do aluno surdo e que meios estão sendo utilizados para que essa educação ocorra.

Para concluir, tecemos algumas considerações acerca da pesquisa e do nosso sentimento a respeito da educação das pessoas surdas no nosso país, e sobre o que ainda precisa ser feito para que essa educação dos surdos, de fato, se efetive.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, resgatamos a história educacional dos surdos no cenário mundial, apontando o trabalho de alguns abades e médicos que se preocuparam com a condição desses sujeitos e apostaram na oralização para a aquisição da fala como fator preponderante do desenvolvimento.

2.1 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS SURDOS

Muito se tem ouvido falar sobre a história do surdo e da Língua Brasileira de Sinais - Libras, mas o que, de fato, sabemos sobre os surdos? Como tudo se iniciou? Apresentaremos respostas para essas e outras perguntas que permeiam o mundo dos surdos.

Na Antiguidade, os gregos consideravam as pessoas surdas como animais irracionais, pois para eles o pensamento só existia a partir da apropriação da fala. Desprovidos da audição, os surdos, na época, eram excluídos dos ensinamentos e, com isso, não alcançavam nenhum conhecimento.

Os romanos impediam que os surdos tivessem direitos legais, como por exemplo, não casavam e não herdavam os bens da família; para a Igreja Católica os surdos não tinham salvação e, por isso mesmo não iriam para o reino de Deus após a morte. Pode-se dizer que a condição do sujeito surdo era de total miséria, pois a sociedade o considerava como imbecil, anormal e incompetente.

Algo começou a mudar quando Ponce de Léon, um monge surdo, começou a ministrar aulas a filhos de nobres que também eram surdos, tendo em vista que seus pais estavam preocupados com a exclusão que seus filhos sofriam perante a sociedade. O monge dedicou-se a ensinar surdos a ler, escrever, falar e aprender sobre as doutrinas da fé católica, como afirma Moura (2000, p. 18): “A possibilidade do surdo falar implicava no seu reconhecimento como cidadão e, conseqüentemente, no seu direito de receber a fortuna e o título da família”.

Partindo desse pensamento de que o surdo só seria considerado civilizado se falasse, outros defensores do mesmo pensamento apareceram. Serão citados aqui alguns deles com suas contribuições: Juan Pablo Bonet, padre espanhol, considerado um dos pioneiros, o qual publicou o primeiro livro sobre a educação dos surdos em 1620, com o título *Redução das Letras e Arte de Ensinar a falar os*

surdos. A curiosidade é que este padre mesmo sendo defensor da oralidade fazia uso da língua de sinais. Outro que merece ser citado foi Jacob Rodrigues Pereira, que também defendia a oralização dos surdos para que estes viessem a falar. Sobre ele, Moura (2000, p.19) comenta: “Os sinais eram utilizados para instruções, explicações lexicais, conversações com os alunos, até eles terem a capacidade de poder se comunicar oralmente ou pela escrita [...]”. O médico suíço e educador de pessoas surdas, chamado Johann Konrad Ammann, acreditava que os surdos eram destituídos das bênçãos de Deus, pois não possuíam a fala. Este médico acreditava que a língua gestual atrofiava a mente e atrasava o desenvolvimento, contudo ele fazia uso dos sinais como meio para os surdos adquirirem a fala.

Vale salientar a presença na história da educação dos surdos de John Wallis, autor do primeiro livro inglês sobre a educação do surdo, em 1698. Ele também defendia a oralização da pessoa surda e é considerado o pai do Oralismo na Inglaterra. Thomas Braidwood, de nacionalidade inglesa, fundou em 1760, em Edimburgo, a primeira escola na Grã-Bretanha. Propôs o uso de um alfabeto em que se utilizavam as duas mãos que ainda hoje está em uso na Inglaterra.

Contudo, a tentativa de buscara “cura” para as pessoas surdas ainda estava em debate, embora com os resultados negativos. Sacks descreve a situação da época e mostra certa fragilidade no discurso dos defensores oralistas:

Havia, de fato, verdadeiros dilemas, como sempre houvera, e eles existem até hoje. De que valia, indagar-se, o uso de sinais sem a fala? Isso não restringiria os surdos, na vida cotidiana, ao relacionamento com outros surdos? Não se deveria, em vez disso, ensiná-los a falar (e ler os lábios), permitindo a eles, plena integração com a população em geral? A comunicação por sinais não deveria ser proibida, para não interferir na fala? (SACKS, 1998, p. 38).

Nota-se que existia certa relutância em aceitar o insucesso, porém a ideia da surdez como doença ainda permanecia. Por isso, a oralidade era o objetivo maior na educação dos surdos.

A história dos surdos começou a tomar outro rumo, quando surgiram discussões que giravam em torno das circunstâncias semi-humanas dos surdos. Alguns filósofos antigos pensavam que os símbolos tinham que ser falados. Sócrates pensava da seguinte forma:

Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejassemos dizer com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo? (SÓCRATES apud SACKS, 1998, p. 29).

Não obstante o desconhecimento que muitos possuíam sobre a surdez e o indivíduo surdo, o filósofo teve uma percepção da realidade surda que poucos tiveram até aquele instante.

As discussões sobre os sujeitos surdos despertaram o interesse de um religioso francês – Charles Michel de L'Épée, que por motivos religiosos, aproximou-se dos surdos para aprender a língua de sinais francesa, pois para a sociedade da época os surdos estavam condenados diante da fé católica. L'Épée estudou os sinais e iniciou a educação de surdos na França, passando a ensinar a religião, como também ensinamentos escolares básicos. Nessa perspectiva, podemos perceber na seguinte passagem: “[...] E então, associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade ensinou-os a ler; e com isso, de um golpe, deu-lhes o acesso aos conhecimentos e à cultura do mundo” (SACKS, 1998, p.30). Outro motivo importante que justifica seu triunfo com a educação de surdos ocorre pelo fato dele ter em sala de aula um intérprete de língua de sinais, algo inovador para a época, Sacks explica de forma sucinta o caminho do abade como professor de surdos:

O sistema metódico de L'Épée- uma combinação da língua de sinais nativa com gramática francesa traduzida em sinais – permitia aos alunos surdos escrever o que era dito por meio de intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem sucedido que, pela primeira vez, permitiu que alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês e, assim, adquirissem educação (SACKS, 1998, p. 30).

A partir dessa experiência, os surdos puderam vivenciar e experimentar o sabor de “falar” a sua própria língua, ocasião mais do que feliz para eles, pois conseguiram se fazer entender e, com isso, ponderar e intervir sobre várias situações, demonstrando assim que eram tão capazes como qualquer outra pessoa, faltando-lhes apenas a forma adequada de comunicação. Demonstração mais do que clara que os problemas que os surdos tinham não estavam associados ao retardo mental, e sim à carência de compreensão de uma língua que os levassem a pensar.

Contudo vale ressaltar o esclarecimento de que a surdez pode ocorrer associada a outras doenças, pois o surdo nem sempre será apenas surdo. Em

certas circunstâncias, o surdo pode nascer surdo-cego, surdo com problemas mentais, surdo com problemas psíquicos, surdo com paralisia cerebral, entre outras. Situações diversas podem levar a ocorrência desses fatores como, por exemplo, complicações na hora do parto, doenças durante a gravidez ou por fatores genéticos.

Como consequência dessa experiência de L'Épée ficou comprovado que a condição de infortúnio que envolvia os surdos era apenas de ordem linguística, após o conhecimento da língua de sinais e da experiência de L'Épée com o uso do intérprete em sala de aula esta situação começou a se modificar, pois, os surdos começaram a partir daí, ainda no séc.XVIII, a ter uma “nova vida”, com identidade e cultura próprias. Eles ganharam confiança em si mesmos, admitindo suas limitações e procurando assim a superação desses limites.

Por causa do ápice da língua de sinais surgiram vários professores surdos nas escolas e, por conseguinte, mais escolas para surdos apareceram, porém, os surdos não foram tão bem aceitos como se esperava, pois, a sociedade mesmo vendo a capacidade dos surdos tardou em aceitar a utilização da língua de sinais, por causa disso os surdos uniram-se cada vez mais ganhando assim força e voz a favor da construção de uma comunidade, de uma cultura e de uma língua.

Com a morte de L'Épée, em 1789 em Paris, o abade Sicard assume de forma esplêndida o cargo como sucessor de L'Épée, fazendo crescer ainda mais a escola, incitando inveja naqueles que defendiam o oralismo.

Mais tarde, com a morte de Sicard, o diretor administrativo do Instituto Baron Joseph Marie de Gérando nomeou o médico Jean Marc Itard como substituto de Sicard. Juntos tornaram-se ferrenhos opositores da língua de sinais. Itard que se tornou conhecido na história da Educação Especial, após se tornar responsável pelo tratamento de um adolescente com sérios problemas de retardo mental, encontrado na floresta de Aveyron, chamado Victor.

Itard acreditava no poder da fala e que a falta dela pudesse ser algo curável, e fez do tratamento do menino selvagem conhecido como Victor um verdadeiro suplício. Empenhado em pesquisar as causas da surdez, fez várias experiências que foram registradas nos seus famosos relatórios enviados ao governo francês durante os anos em que se dedicou à educação de Víctor.

Tempos depois se constatou que o surdo não precisaria falar pelo meio oral para desenvolver sua inteligência e ser um cidadão. Pois, a língua de sinais era bastante para sua comunicação, dando-lhe as mesmas condições de um ouvinte. Neste sentido, trazemos para demonstrar o excelente relato de Sacks:

[...] Os surdos sem língua podem de fato ser como imbecis – e de um modo particularmente cruel, pois a inteligência, embora presente e talvez abundante, fica trancada pelo tempo que dura a ausência de uma língua. Assim, o abade Sicard está correto, além de ser poético, quando escreve que a introdução da língua de sinais ' abre as portas da [...] inteligência pela primeira vez (SACKS, 1989, p. 32).

Há que se pensar que este relato parte de um ouvinte que defendia a línguas de sinais, que este relato não possa ter tanta importância. Por isso, vale ressaltar um trecho no qual Sacks usa a fala de Pierre Desloges, um surdo que conheceu a língua de sinais apenas na fase adulta.

A língua [de sinais] que usamos entre nós, sendo uma imagem fiel do objeto expresso, é singularmente apropriada para tornar nossas idéias acuradas e para ampliar nossa compreensão, obrigando-nos a adquirir o hábito da observação e análise constantes. Essa língua é vívida; retrata sentimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra língua é mais adequada para transmitir emoções fortes e intensas (DESLOGES apud SACKS, 1989, p. 33).

Por meio do relato acima de Desloges, pode-se observar que o indivíduo em fase adulta ao adquirir a Língua de Sinais o faz com naturalidade, atestando assim, o erro de Itard, pois se trata de uma língua completa e mais adequada para pessoas surdas mesmo nessa época.

Dezesseis anos depois, após várias tentativas de experimentações fracassadas com a educação do jovem Victor, Itard reconheceu que o surdo poderia apenas ser educado através da língua de sinais.

Apesar deste reconhecimento, outro forte defensor do oralismo surge, Alexander Graham Bell, homem de grande prestígio por ser uma sumidade no ramo da tecnologia, o qual votou a favor do método oral no Congresso Internacional de Ensino de Surdos, em 1880, em Milão. Este Congresso não teve nenhum representante surdo como votante. A partir deste momento, fica proibido oficialmente o uso da língua de sinais, causando enorme retrocesso na educação dos surdos.

O principal objetivo para educação dos surdos, como vinha acontecendo, particularmente nos Estados Unidos da América, era óbvia, por razões vinculadas a

questões econômicas, políticas e religiosas, pois, ao tornar os surdos em operários aptos, aumentava assim o número de produtores. No Brasil, porém, o encaminhamento dos surdos em 1884 era voltado para o ensino profissionalizante ou para a agricultura.

2.2 OS SURDOS NO BRASIL

A história da educação de surdos no Brasil tem início no século XIX. Sob o convite de D. Pedro II chega ao Brasil Hernest Huet, um professor francês com deficiência auditiva, que tinha a finalidade de criar uma escola de surdos no país. Então, em setembro de 1857, foi fundada a primeira Instituição destinada para pessoas com deficiência, Instituto Nacional dos Surdos - Mudos, que atualmente é chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio de Janeiro/RJ. Neste mesmo ano foi realizada uma mudança significativa na nomenclatura, que foi a substituição da palavra “Mudo”, pela palavra Educação.

Este Instituto funcionava como um colégio interno, e muitos alunos que chegavam eram vítimas de abandono pelas famílias. Os meninos aprendiam um ofício em oficinas voltadas para a profissionalização; enquanto que as meninas aprendiam culinárias e artesanato.

No início, o modelo de educação era seguido pela tendência mundial. No oralismo, era permitido utilizar apenas o alfabeto manual e a linguagem escrita, articulada e falada. Vale lembrar que as aulas eram ministradas por professores comuns, em uma época que não existiam professores especializados. Portanto, os surdos não conseguiram adaptar-se ao oralismo e continuaram a utilizar a língua de sinais e o alfabeto manual, pois achavam que era muito importante a comunicação sinalizada, porém para a infelicidade dos surdos em tempos depois estava proibida a utilização da língua de sinais no INES.

Nos anos 60, a educação de deficientes auditivos foi aparecendo de forma significativa, ou seja, deu um salto se comparado há anos anteriores, onde não existiam sequer instituições de ensino voltadas para esse fim. Mesmo com estes avanços muitos deficientes auditivos ainda ficaram de fora do processo de educação, o que deixa claro que a acessibilidade ainda estava longe de ser atingida. E mesmo os que conseguiam ultrapassar as diversas dificuldades e chegar à escola não conseguiram se desenvolver; pois as classes destinadas apenas para os surdos

não eram adequadas, como também os professores ainda não estavam preparados para recebê-los.

Considerando que o ensino tinha um fator de flexibilidade para os deficientes auditivos no que diz respeito às atividades de ensino, eles não conseguiam se desenvolver satisfatoriamente, pois mesmo tendo totais capacidades cognitivas, não havia progressão de séries, principalmente pela dificuldade de se comunicar, pois o ensino de Libras ainda não existia.

Como já mencionamos anteriormente o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, pois não havia especialistas nesta área. Assim a comunidade surda veio conquistando seu espaço na sociedade de forma lenta e gradual. A partir da declaração de Salamanca alguns direitos foram garantidos. De acordo com a Declaração de Salamanca:

(...) a expressão necessidades educacionais especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiências ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, etnias ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavoráveis ou marginais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 15).

Entre alguns direitos garantidos com a Declaração de Salamanca, alguns foram de extrema importância para o desenvolvimento e processo de educação dos surdos. O trecho a seguir define algumas políticas educacionais, entre elas, a garantia dos surdos aprenderem a partir da sua língua materna, ou seja, a Língua Nacional de Signos.

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 7).

A Declaração de Salamanca foi um avanço para o ensino de LIBRAS, como também para o processo de educação dos surdos, pois a partir da comunicação em sua língua, ficaria mais fácil ter acesso à comunicação e as informações.

Outra lei que teve uma importante participação na educação dos surdos foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que garantiu uma educação e um atendimento educacional “especializado” aos educandos com deficiência que é preferencialmente na rede regular de ensino:

O Artigo 59 explicita nos seus cinco incisos (LDB, 1996, p.21):

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados [...]

No mesmo período em que a educação especial estava ganhando espaço entre os direitos igualitários, outros estudos e pesquisas estavam acontecendo. Em 24 de Abril de 2002, a lei que garante ao aluno surdo o direito de aprender LIBRAS como sua primeira língua foi sancionada como a Lei 10.436.

A partir desta Lei, surge um decreto para subsidiá-la e dar melhor estrutura à educação de surdos. O Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 dispõe do direito do surdo em todas as esferas educacionais e demais espaços da sociedade. Conforme nos diz o Artigo 14 II—“ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino de Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos.”

Além de firmar a LIBRAS como língua natural da pessoa surda, oficializando também o Bilinguismo como uma nova filosofia de educação para os surdos, também consta no decreto a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa como uma segunda língua na modalidade escrita. Este decreto descreve quais os profissionais que devem participar do processo de ensino-aprendizagem do surdo, tendo como formação necessária em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa.

Ao longo desse processo histórico percebemos que muitos decretos, leis e conferências vêm acontecendo com o intuito de facilitar a educação inclusiva, como também garantir os direitos que ainda são negados. Percebemos que mesmo com a garantia da lei, em favor da educação dos surdos, ainda existem direitos que são negligenciados, como também observamos que a luta ainda é muito grande para

garantir de forma efetiva o que existe em lei, ou seja, percebemos que não são de fato cumpridas.

No entanto, percebemos que houve várias mudanças, mas ainda falta muito a alcançar no sentido da efetivação das políticas públicas dentro das escolas. Faz-se necessário reformular as leis que são voltadas para a deficiência de uma forma geral, pois até então existem brechas no que diz respeito ao texto, conforme está na LDB que diz: o acesso das pessoas com deficiência deve ser feito preferencialmente na rede regular, o que dá uma margem para algumas escolas não cumprirem a lei.

CAPÍTULO 3 - ABORDAGENS EDUCACIONAIS: ORALISMO, COMUNICAÇÃO TOTAL E BILINGUISMO.

No presente capítulo abordaremos as propostas educacionais que foram, ao longo dos anos, sendo defendidas como propostas mais viáveis na educação da pessoa surda. Dessa maneira, o Oralismo aparece com mais força desde o século XVIII, a partir do Congresso de Milão, e pretendia introduzir o surdo no mundo dos ouvintes mediante a valorização da fala como única possibilidade do surdo ser incluído na sociedade. A Comunicação Total defende outro meio de comunicação de forma a unir a língua oral a elementos da linguagem de sinais. Por fim, discutimos O Bilinguismo como uma proposta atual e mais adequado por levar em conta a língua de sinais como a língua materna do surdo e a língua do país onde este se encontra como modalidade escrita.

3.1 ORALISMO

Por volta do século XVIII e a partir das declarações do Congresso de Milão, surge a filosofia educacional conhecida como Oralismo. Sua finalidade era introduzir o surdo no mundo dos ouvintes, justificando que essa proposta seria a mais indicada para a preparação da participação efetiva do educando para ingressar na sociedade. As principais concepções do que hoje fundamenta a ideologia educacional oralista surge nos anos de 1750, na Alemanha. Essa filosofia consiste no ensino da língua oral e rejeita a língua de sinais, ou seja, é proibida qualquer exposição que se diferencie da fala, como ocorre na comunicação de gesto e na utilização de mímicas.

A oralização foi imposta a fim de que fossem reabilitados ou “normalizados”, pois a surdez era vista como uma patologia, uma anormalidade. Queriam que os surdos se comportassem iguais aos ouvintes, isto é, deveriam aprender a falar.

Este método era visto como a melhor opção para desenvolver as habilidades da fala, leitura orofacial e escrita e, finalmente, para que os alunos fossem integrados e aceitos socialmente. A Língua de Sinais, já existente no Brasil, é minimizada e desvalorizada nessa proposta, visto as argumentações do MEC, em documento de 1979:

Todos os deficientes auditivos possuem esse tipo de linguagem sem que lhes tenha sido ensinado a linguagem mímica é natural” (MEC, 1979/v.3, p.25). “O deficiente auditivo forma grupos mímicos segundo os ambientes [...] a linguagem mímica tem vida própria e modifica-se com o transcorrer do tempo e, como toda a linguagem, vai se enriquecendo com novos termos. Seu principal e maior defeito é que só expressa o concreto, prescindindo do abstrato. Apresenta alterações e simplificações gramaticais e sintáticas, criando incorreções na linguagem escrita (MEC, 1979/v.3, p.26).

Nessa mesma época, final dos anos setenta, no Brasil, a Língua de Sinais era chamada linguagem mímica, e é motivo de diversas críticas, sendo julgada como um risco ao desenvolvimento da escrita. Como também, simplificada e com erros gramaticais, podendo somente remeter falas concretas, valida o entendimento de língua como um método com normas precisas e concepção de instrumento de comunicação. A partir dessas declarações a proposta do Oralismo ganha força.

Dessa forma, os oralistas acreditam que a linguagem falada é prioritária para capacitação do surdo na comunicação, sendo esta indispensável para o desenvolvimento integral das crianças, mas para que isso, de fato ocorra, recomenda-se que a comunicação seja feita pela via auditiva e pela leitura orofacial.

Nesse sentido, Goldfeld nos diz que:

Os oralistas asseguram que o ensino da língua oral, é ideal para integração do surdo na comunidade geral. “Visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a linguagem oral, percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada por meio da estimulação auditiva” (GOLDFELD, 1997, p. 26).

Nessa proposta, a criança, quanto mais nova, já deve ser submetida a um processo de estimulação auditiva, pois requer um esforço dela e da família, mas para se obter um bom resultado, é necessário dedicação das pessoas que envolvem esta criança, pois a educação começa no lar, não devendo os pais oferecer quaisquer meio de comunicação que não seja oral.

Em suma, a educação do método oralista para pessoas com deficiência auditiva, era articulada com prática e ritos especiais, ou seja, diferenciados. “[...] Centram-se os esforços na criança, ou melhor, em suas dificuldades, para adaptá-las à classe de alunos normais” (CROCHIK, 2002, p. 279).

Como nem todos eram capazes de aprender com este modelo de aprendizagem, muitos ficavam desestimulados, perdendo totalmente a esperança de estudar, eram excluídos do meio social e passaram a viver na clandestinidade.

Nessa perspectiva, desencadeava um atraso global no desenvolvimento da pessoa surda, o que originou em falta de estímulo e evasão escolar. Os alunos iam à escola mais para treinar a fala do que propriamente para estudar os conteúdos escolares.

Embora a maior parte do tempo fosse dedicada à linguagem oral, os surdos não conseguiam acompanhar e desenvolver a fala satisfatoriamente, prejudicando assim o desenvolvimento nas disciplinas como história, geografia e matemática tendo uma queda no nível de escolarização.

Com isso, subtendia-se que os surdos não se esforçavam totalmente para obter um bom resultado. Assim, surgiram vários tipos de torturas, suas línguas eram puxadas, porque achavam que eles tinham preguiça de falar, ou que sua língua era presa, batia-se nas mãos caso vissem se comunicando de forma sinalizada. Contudo, esse modelo de filosofia oralista consiste em um treinamento puramente da fala; os surdos eram obrigados a passar por seções de fonoaudiologia por que se acreditava que os surdos escutavam e teriam que falar oralmente depois dos processos de tratamentos que eles enfrentavam, pois só assim eles eram vistos como pessoas que tinham inteligência. Como se acreditava que a inteligência dependia da fala, houve um grande atraso no desenvolvimento na aprendizagem dessa fala.

Sem sintonia com esta forma de aprendizagem e concepção de alteridade deficiente, os métodos orais sofreram críticas pelos limites que apresentaram. As críticas surgiram por todo lado, principalmente dos Estados Unidos. Os métodos utilizados nesta filosofia impossibilitaram que houvesse o desenvolvimento da comunicação de forma natural, tornando os contextos de diálogos artificiais e sem significado para a criança surda, restringindo as possibilidades do desenvolvimento global da criança.

Sob essa perspectiva, Cappovilla comenta:

Admite que a educação oralista não chegou a desenvolver a linguagem do surdo, passando, portanto a buscar outra filosofia educacional que alcançasse esse objetivo, enfatizando não a linguagem oral, mas todo e qualquer meio possível, inclusive a língua de sinais (CAPPOVILLA, 1997, p. 561).

A partir disso e com a insatisfação do método Oralista surgem novas propostas pedagógico-educacionais em relação à educação da pessoa surda, e a

tendência que ganhou força nos anos setenta foi a chamada filosofia educacional Comunicação Total.

3.2 COMUNICAÇÃO TOTAL

Em virtude do fracasso da concepção oralista, apareceram outras abordagens na educação de surdos, evidenciando a importância da língua de sinais e ao mesmo tempo manifestando as suas insatisfações com o método oral.

Nos anos de 1817, é fundada nos EUA a primeira escola permanente para os surdos por Clerc, usando um tipo de francês sinalizado, ou seja, a união da língua de sinais com a mesma execução da língua francesa moldando ao inglês. Surgindo mais tarde, uma metodologia utilizada na filosofia da Comunicação Total.

Em 1821, as escolas públicas americanas movem-se em sentido a American SignLanguage. Em 1850, a ASL passa a ser aplicada nas escolas, e não mais o inglês sinalizado assim como acontecia na Europa.

Nas décadas de sessenta e setenta, nasce uma nova filosofia educacional para os surdos, a Comunicação Total, pois os mesmos demonstraram ter dificuldade com o método oral, levando assim, alguns profissionais a conceberem uma nova forma de unir a língua oral a elementos da linguagem de sinais, aproximando essas duas linguagens e criando línguas orais sinalizadas.

Neste momento, surgiram diferentes pesquisas sobre as línguas de sinais. E com elas, Dorothy Shiffekl, professora e mãe de surdo, que começou a usar um método adaptando a língua oral e a leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual, intitulado seu esforço de Abordagem Total que, em 1968, Ruy Holcom chamou-a de Comunicação Total dando a ela um conceito de filosofia. Este método é adotado na Universidade Gallaudet tornando este recinto o maior centro de pesquisa dessa filosofia (CAPOVILLA, 1997, p. 571).

Esta ideologia surge no Brasil na década de 1970, e define-se como uma filosofia que se preocupa em introduzir o uso de modelos auditivos, manuais e orais, levando em consideração as características da pessoa com surdez, ou seja, utiliza-se de todo e qualquer recurso possível para garantir que haja comunicação entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes, a fim de estimular as interações sociais, por ascender às áreas cognitivas, linguísticas e afetivas. Deste modo, de acordo com Ciccone:

Os profissionais que defendem a Comunicação Total concebem o surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto só como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa (CICCONE, 1990, p. 23).

Diferente do Oralismo, a Comunicação Total tem como finalidade proporcionar outro meio de comunicação para facilitar a interação entre surdos e ouvintes, de modo a acrescentar a clareza da língua falada para além da leitura labial. Assim, pretendia-se melhorar o desempenho durante a leitura e a escrita para assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa surda, visto que o desenvolvimento cognitivo, social e emocional não é garantido apenas com o uso exclusivo desta língua.

Outro aspecto desta filosofia Comunicação Total é valorizar a família da criança surda, trazendo-a como papel importante, pois, é nela que se inicia a primeira formação do ser humano. É na família que se inicia a sociedade. Os membros se integram, participam, convivem e se socializam, e para que isso venha a acontecer é necessário consolidar um canal de língua comum.

Acredita que cabe à família o papel de compartilhar valores e significados, formando, junto com a criança, através da possibilidade da comunicação, sua subjetividade. Os defensores da filosofia da Comunicação Total recomendam então o uso simultâneo de diferentes códigos como: a Língua de Sinais, a datilologia, o português sinalizado, etc. [...] Nesse sentido a Comunicação Total acredita que esse bimodalismo pode atenuar o bloqueio de comunicação existente entre a criança com surdez e os ouvintes. Tenta evitar que as crianças sofram as consequências do isolamento (POKER, 2007, p. s/n).

Nesse sentido, defende o bimodalismo, como a utilização de recursos espaços-visuais, quaisquer recursos linguísticos, a datilologia ou alfabeto manual, LIBRAS, no Brasil, o português sinalizado, o pidgin (simplificação gramatical do português e da LIBRAS) ou o cued-speech (sinais manuais que representam os sons da língua portuguesa), em uso sincronizado destes códigos, como forma de auxiliar a comunicação. Bem como, moderar o bloqueio de comunicação evitando efeito no desenvolvimento e permitindo aos pais desempenharem papéis de interlocutores de seus filhos.

Seguindo esta linha do raciocínio, a Comunicação Total acredita que esse bimodalismo pode amenizar as entraves geradas na comunicação que persistir entre a criança com surdez e os ouvintes, evitando assim, o isolamento.

3.3 BILINGUISMO

Antes de falarmos sobre as ideias da Filosofia da educação bilinguista, é importante destacarmos o significado do termo Bilinguismo, pois ao contrário das outras ideologias já estudadas aqui nesse trabalho, esse termo não é utilizado apenas na educação para surdos.

O termo Bilinguismo pode significar a capacidade do indivíduo se comunicar por duas línguas. De acordo com o dicionário Oxford, 2000 citado por Megale (2005, p. 1) bilíngue é definido como: “capaz de falar duas línguas igualmente bem porque as utiliza desde muito jovem”. É comum dizer que, ser bilíngue é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas perfeitamente; esta é também a explicação utilizada por Bloomfield que traz a definição de Bilinguismo como “o controle nativo de duas línguas” (BLOOMFIELD, 1935 apud HARMERS; BLANC, 2000, p.6).

O Brasil ainda é considerado um país monolíngue, apesar disso, sabe que existem muitos grupos que falam diferentes línguas caracterizando assim o Brasil como bilíngue. Li Wei (2000) expõe que o termo bilíngue principalmente pode ser definido aos indivíduos que possuem duas línguas. Porém, deve-se adicionar entre estes, indivíduos com diferentes graus de capacidade nessas línguas e que muitas vezes fazem uso de três, quatro ou mais línguas.

No Brasil a língua portuguesa é oferecida como primeira língua, ignorando o fato de termos diversos grupos de pessoas de distintas necessidades, sejam elas ouvintes ou não.

No entanto, entende-se que definir o conceito de Bilinguismo depende de várias questões de ordem política, social e cultural. Infelizmente, por razões tendenciosas meramente oralistas, as políticas linguísticas no Brasil tendem a privar os indivíduos de adquirir outra língua, ao invés de utilizar uma política linguística que possibilite a adição de uma gama de diversas línguas na construção cultural do próprio país. Assim, percebemos que não existe o incentivo de um ensino de qualidade, que não é trazida para o espaço escolar a multiplicidade linguística brasileira. Na verdade, o que existe é um ensino quase exclusivo da língua portuguesa, uma vez que é a língua oficial do país.

Indo mais além, Harmers e Blanc (2000, p. s/n), mencionam que o fator mais importante na experiência bilíngue é que ambas as línguas devem ser igualmente valorizadas, sem privilégio ou distinção. Com isso, deve ser realizado e estudado por

aqueles que planejam a educação bilíngue, levando em consideração as razões as quais desejam alcançar.

Conforme mostram Harmers e Blanc (2000, p. s/n), Bilinguismo é um fenômeno difícil de conceituar, ou seja, complexo, e deve ser analisado e estudado como tal, levando em consideração suas variantes: individual, inter pessoal, inter grupal e social. Portanto, ao denominar indivíduos como bilíngues ou monolíngues, o peso da importância para tal classificação deve ser mostrada, clareando, assim, a compreensão não apenas de quem está sendo classificado, mas também de todos que se encontram de alguma forma incluídos na questão.

Por estas e outras razões, ainda não há uma harmonia absoluta a respeito sobre o conceito e classificação do Bilinguismo. Os autores ainda não encontraram o ponto em comum do que deve ser exatamente, quando o sujeito é considerado ser bilíngue ou não, e sobre o contexto bilíngue e Bilinguismo.

Neste sentido, surgem novas propostas indo de encontro às práticas pedagógicas na educação de surdos, é o Bilinguismo, que atualmente vem ganhado espaço com os primeiros passos no cenário educacional, como uma abordagem que visa envolver e atender a todos, contrapondo as abordagens educacionais anteriores que permearam por muitos anos a educação dos surdos.

Na década de 80, surge a filosofia Bilinguismo ganhando força no âmbito educacional, com objetivo de preconizar o acesso a duas línguas no contexto escolar, e na década de 90 essa abordagem foi conquistando adeptos em todos os países do mundo inteiro.

Nesta filosofia educacional considera que o surdo deva ser bilíngue, ou seja, adquirir a língua materna oficial de seu país, e língua de sinais, a natural dos surdos (GOLDFELD, 1997, p. 37).

Assim, ressurge a língua de sinais junto a Filosofia bilinguista no contexto da educação, dando mais significado ao processo de ensino em todos os aspectos da aprendizagem.

Goldfeld (1997, p. 37) descreve em suas palavras que "na década de oitenta, houve uma valorização do surdo, da formação de uma comunidade própria, com cultura e língua próprias. É rejeitada, nesta filosofia, a aproximação da normalidade".

Desta forma, se configura que parte do princípio que o surdo deve adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda. Isto propiciaria o progresso e avanços de conceitos e sua relação com o mundo, tornando o

aprendizado mais pleno e autônomo e simultâneo da Língua de Sinais que deve ser oferecida à criança surda o mais cedo possível. Sendo no caso do Brasil, a língua portuguesa é ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível, na modalidade oral.

Todavia, deve-se olhar o surdo e compreender suas particularidades, não subjugá-los por sua condição biológica relacionada à deficiência auditiva. Como diz (GOLDFELD, 1997, p. 38), o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez.

Neste sentido, é necessário que haja uma real implementação da abordagem educacional baseada na perspectiva bilíngue nas escolas. E que a implementação desse modelo de educação, signifique o uso da língua de sinais e a incorporação da língua de sinais ao currículo escolar como língua principal na mediação das atividades pedagógicas, assim como, por exemplo, a língua portuguesa, bem como, a formação de professores, como medida necessária ao encaminhamento de questões essenciais à prática pedagógica.

Contudo, podemos afirmar que apenas o acesso a duas línguas não vai garantir o êxito da educação para os surdos. Devemos entender que vai além das questões metodológicas de ensino, depende de um novo olhar sobre a concepção da surdez, para se obter uma educação para surdos de qualidade.

Desta forma, devemos entender que a metodologia fundamentada em uma perspectiva bilíngue, não é apenas uma ruptura de padrão educacional, é também uma ruptura de um modelo padrão social, visto que a representação social sobre a surdez, ao longo do tempo, vem mudando, assim como a prática educativa para o ensino dos alunos surdos.

Por fim, podemos concluir que a adoção da concepção desta ideologia na educação, propicia o ensino para os alunos surdos por meio da língua de sinais (LIBRAS). Visto que, a denominada educação bilíngue reconhece o surdo tanto na instância educacional quanto na social.

CAPÍTULO 4 - PERCORRENDO O MUNDO DA LÍNGUA DOS SINAIS E A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR.

Este capítulo tratará primeiramente da história da língua de Sinais, depois falará da Língua Brasileira de Sinais, sua origem e criação e, por fim, a importância do Bilinguismo no contexto escolar.

4.1 LÍNGUA DE SINAIS

Em toda e qualquer discussão sobre a educação bilíngue, seja de forma direta ou indireta, a Língua de Sinais sempre vem à tona como alvo dos debates sobre esta abordagem educacional. Por isso, é fundamental mostrar o quão é importante o uso da mesma no seguimento da educação para surdos. Inicialmente, entendia-se que esse modelo linguístico surgiu porque a deficiência auditiva impedia o surdo de obter a língua oral. Assim, a língua de sinais nesta concepção deixa de ser vista como um processo e como um produto criado ao longo da história pelos surdos.

As primeiras investigações sobre esta modalidade linguística surgiram através dos estudos de Stokoe (1960, p. s/n) e de Bellugi (1977, p. s/n), desde então, geram-se as bases para o estudo científico da Língua de Sinais como processo linguístico. Ainda existem muitos equívocos em relação à Língua de Sinais, equívocos esses que fazem com que ela não seja reconhecida como a língua da comunidade surda, por sempre confundirem a língua com a fala. Por isso, quando falamos em Língua de Sinais, muitos não conseguem associar a Língua com Sinais, causando com isso um engano sobre a Língua de Sinais. É necessário que se esclareça estas falhas concernentes à Língua de Sinais, para que se construa um entendimento de sua função dentro de uma concepção de educação bilíngue.

Primeiramente, as Línguas de Sinais estão posicionadas em uma modalidade linguística totalmente diferente das línguas orais, visto que, o canal de comunicação das línguas orais é transmitido pelo meio oral-auditivo e a Língua de Sinais são línguas com representação na modalidade espaço-visual. Nas palavras de Skliar:

Os trabalhos da linguística pós-estruturalista avaliaram o estatuto linguístico das línguas de sinais como línguas naturais e como sistemas a serem diferenciados das línguas orais: o uso do espaço como valor sintático e a simultaneidade dos espaços gramaticais são algumas das restrições levantadas pela modalidade viso-espacial, que determina sua diferença estrutural e funcional em relação às línguas auditivo-orais. [...]. Deste modo, a língua oral e a língua de sinais não constituem uma oposição, mas sim, canais diferentes para a transmissão e recepção da capacidade – mental – da linguagem (SKLIAR, 1998, p. 24)

Ao fazer referência à Língua de Sinais como uma língua natural, Skliar (1998, p. 24) enfatiza que não se reporta à espontaneidade biológica, e sim que ela é uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de pessoas, que é transmitida de geração em geração, e que muda, tanto estrutural como funcionalmente, com o passar do tempo. Duas coisas complicam o reconhecimento da Língua de Sinais como uma língua natural; a primeira delas é defender que a Língua de Sinais não é obtida de forma natural, uma vez que esta seria uma derivação da língua oral. Esta ideia deve ser descartada, pois tanto as línguas orais quanto a língua de sinais surgem da mesma forma, que é da necessidade natural dos seres humanos de expressar sentimentos, ideias e ações. Dessa maneira, fica claro que as Línguas de Sinais não derivam das línguas orais, apenas apresentam canais de comunicação diferentes.

Outra discussão traz no seu bojo que as Línguas de Sinais são universais, o que é um absoluto engano, pois, assim como as línguas orais, tais línguas não são universais, prova disso é que cada país apresenta a sua própria Língua de Sinais. Universal neste sentido, não se aplica aqui, ao que se concerne à concepção de no mundo inteiro os surdos usarem uma língua gestual. A LIBRAS, a ASL e outras línguas têm evidenciado a existência de universais linguísticos essenciais comuns em qualquer língua, independente de estas serem orais ou sinalizadas. Isso não significa, no entanto, que tais línguas não sejam diferentes.

Entre os espaços educacionais, a Língua de Sinais ainda é olhada como uma divergência entre a oralidade e a gestualidade, quer dizer, a Língua de Sinais é uma derivação de gestos espontâneos elaborados pelos ouvintes. Essa interpretação sobre a Língua de Sinais apontada pelas escolas produz um enorme problema para os alunos surdos. De acordo com Skliar (1998, p. 24), a grande dificuldade com o uso da língua de sinais no sistema educacional é que esta língua não é a dos professores e profissionais ouvintes, sendo assim, o obstáculo não é o conflito entre

as duas línguas (língua oral e língua de sinais). Por isso, a questão precisa ser revertida para a seguinte proposta: a língua dos ouvintes não é a língua dos surdos. É importante ressaltar que as propostas bilíngues não podem centralizar-se apenas em deliberar a utilização de uma ou de outra língua (oral e gestual) na educação para surdos, uma vez que o uso da Língua de Sinais não significa o fim do problema na educação para surdos. Nesse sentido, Skliar (1998, p. 24) quis argumentar que não se refere à educação bilíngue como sendo para os surdos o desenvolvimento de habilidades linguísticas em duas línguas, mas sim com o direito que a criança surda tem de ser educada em uma língua diferente da oficial e que seja de qualidade.

4.2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Tem seu “início oficial” com a fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES), fundado no Rio de Janeiro, pelo imperador D. Pedro II, em 26 de setembro de 1857.

O primeiro professor do Instituto foi o francês H Ernest Huet, que também era surdo e trouxe a Língua de Sinais Francesa para auxiliar no processo de educação do surdo, portanto sendo considerado como o introdutor da Língua de Sinais francesa no Brasil, provocando uma mescla da Língua de Sinais usada pelos surdos em nosso país com a Língua de Sinais Francesa (GOLDFELD, 1997, p. s/n).

Contrariamente do que supomos ao notar a presença desse tipo de linguagem, a LIBRAS não é apenas uma medida atenuante para que se estabeleça algum diálogo com os surdos, ela é antes uma língua natural, com estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas, etc. A maior diferença está no fato dela também utilizar a imagem para se expressar. Aprender LIBRAS é, portanto, como aprender a língua de outro país. Como por exemplo, aprender francês, inglês etc.

Apesar de ter sua origem na língua francesa de sinais, elas não são homogêneas, pois elas se distinguem de país para país e até mesmo de região para região de um mesmo país, dependendo da cultura daquele determinado local para construir suas expressões ou regionalismos.

Para explicar o seu significado, os sinais possuem alguns fundamentos na sua formação, em que é a posição das mãos em referência ao corpo e a expressividade da face, que demonstrarão o que se quer dizer com ele.

A língua de Sinais – LIBRAS surgiu devido a luta persistente das pessoas com surdez, e foi reconhecida pela Nação Brasileira como a língua oficial da Pessoa Surda, com a publicação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Em 02 de dezembro de 2005, foi criado o Decreto nº 5.626 para fazer valer as leis que já existem e ampliar alguns outros aspectos que são grandemente oportunos ao desenvolvimento da LIBRAS no campo social e acadêmico.

Por meio desse direito adquirido por lei, a pessoa surda pode ser educada com a ajuda de um intérprete fazendo uso de sua língua natural, tendo como segunda língua a língua portuguesa escrita. Sabe-se, porém, que ainda levará um tempo e ainda precisarão ser travadas outras tantas lutas até que seus direitos sejam completamente respeitados.

Apenas o uso da LIBRAS pelos meios de comunicação e nas relações cotidianas entre pessoas surdas e não-surdas será capaz de diminuir o preconceito em relação a essa deficiência. Porquanto, se faz necessário à divulgação dessa e de outras informações relevantes para facilitar a inclusão dessas pessoas em todos os meios sociais.

4.3 A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISTO NOS CONTEXTO ESCOLAR

O Bilinguismo pode ser definido como proposta educacional que é usada por escolas que se prestam a tornar acessível este ensino de duas línguas para o aluno surdo no contexto escolar. Pesquisas têm mostrado essa concepção como a forma mais apropriada para as crianças surdas aprenderem, haja vista que se acredita que Língua de Sinais é língua natural e parte-se desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

O Bilinguismo é mais do que o uso de duas línguas. É um método que tende a provocar enormes mudanças no sistema educacional para os surdos. A educação bilíngue baseia-se, primeiramente, na apropriação da Língua de Sinais, língua materna dos surdos. Como afirmam Lacerda e Mantelatto:

O Bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral (LACERDA; MANTELATTO, 2000, p. 21).

Resumidamente, a integração plena da pessoa surda passa, indispensavelmente, pelo direito da coexistência em um espaço, em que não haja rejeição de sua condição de surdo, onde possa expressar-se da maneira que mais lhe satisfaça, mantendo situações prazerosas de comunicação e de aprendizagem. Para Vygotsky (1989, p. s/n), “a trajetória principal do desenvolvimento psicológico da criança é uma trajetória de progressiva individualização, ou seja, é um processo que se origina nas relações sociais, interpessoais e se transforma em individual, intrapessoal”.

Por tudo isso surge nos fins da década de 70, embasado em conceitos sociológicos, filosóficos e políticos a proposta bilíngue de educação. Proposta essa que se baseia no fato que o surdo convive, no seu dia a dia, numa condição bilíngue e bicultural:

- 1- A língua gestual e cultura da comunidade do seu país. L1
- 2- A língua oral e cultura ouvinte do seu país. L2

A proposta bilíngue oferta uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a Língua de Sinais como primeira língua e mediadora da segunda: a língua portuguesa, ou a língua do país onde vive a pessoa surda.

Além disso, o Bilinguismo permite à pessoa surda a ampliação de seus conhecimentos. A aquisição da Língua de Sinais vai permitir acessar os conceitos da sua comunidade, passando assim, a utilizá-los como seus, formando uma maneira nova de pensar e agir, tornando o seu mundo diferente. Já a língua portuguesa, no caso do Brasil, ou outra língua oral viabilizará o fortalecimento das estruturas linguísticas, permitindo o acesso para uma maior comunicação.

O Bilinguismo propicia ao surdo que ele seja capaz de existir na diferença. Com uma língua visual que atenda suas necessidades, ele passa a suprir a suas dificuldades em relação à falta de uma língua compartilhada e deixa de ser visto como um ser deficiente. Assim, a Língua de Sinais determinará que ele firme suas relações de pensamentos e construa sua identidade enquanto surdo.

As ofertas educacionais que atendam aos surdos passam a estruturar-se com o Decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais) de número 10.436 de 2002. Por conseguinte, os surdos passaram a ter direito ao

conhecimento a partir desta língua. O português é usado na modalidade escrita, sendo a segunda língua, tornando a educação dos surdos bilíngue.

Estando ou não em escola regular, o aluno surdo tem direito a uma metodologia que atenda às suas necessidades, a partir de vivências, dramatizações, materiais educativos visuais e uma variedade de jogos. Para isso, o professor precisa criar estímulos visuais para que as crianças se apoderem de todos os conceitos.

Sabendo que nem sempre o professor da sala domina a LIBRAS é de sobremaneira importante o uso do intérprete que tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Sua finalidade é contribuir como tradutor em sala de aula e ser o canal de ajuda entre pessoas que tenham línguas e culturas diferentes.

E para que o trabalho do intérprete seja produtivo e eficaz, ele precisa seguir uma conduta recomendada por vários estudos, que é entrar em contato prévio com o locutor da fala que no caso se refere ao professor para discutir termos, significados, esquemas, enfim tudo o que será transmitido no momento da fala. Esses dados podem ajudá-lo a formar uma rede de significações sobre o assunto. Dessa forma, o profissional terá meios de projetar sua interpretação, oferecendo ao surdo, condições reais ou não à construção de ideias significativas sobre o exposto. Conforme diz Lacerda, no contexto da sala de aula:

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno (LACERDA, 2002; p. 123).

Vale ressaltar, porém, que com base na citação acima, o responsável pelo processo de aprendizagem é sempre o professor, por ser ele o detentor do assunto que trabalha em sua sala de aula. Além disso, o intérprete terá que fazer seu planejamento, baseando-se pelos referenciais linguísticos e instruções do professor. Desta forma o planejamento que é feito a priori, nada mais é que a sistematização linguística do texto escrito ou falado sobre o assunto a ser abordado, dependendo assim das orientações que o intérprete recebe do educador.

Embora exista por partes de algumas poucas escolas uma tentativa em promover uma educação adequada à realidade do surdo, em sua maioria o aluno surdo não consegue se desenvolver plenamente, isso por que de acordo com Lodi e Lacerda:

A maior parte dos surdos no Brasil não tem podido ter acesso a uma escolarização que atente para as suas necessidades linguísticas, [...] parte dos surdos encontra-se em classes/escolas especiais que atuam em uma perspectiva oralista [...] as quais pretendem que os alunos surdos se comportem como ouvintes, lendo nos lábios e escrevendo em língua portuguesa (LODI; LACERDA, 2009, p.14).

A despeito de todo discurso bonito essa é a dura realidade enfrentada pela maioria dos alunos surdos, onde se nega a sua identidade e cultura próprias, negando-lhes o que é seu, por direito adquirido, que é de ter uma educação de qualidade e inclusiva, que o prepare para enfrentar os desafios que são impostos pela sociedade.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa surge de nossa inquietação quanto à questão da importância do Bilinguismo na educação da pessoa surda. Nossa questão de pesquisa foi então definida da seguinte forma:

- **Qual a importância do Bilinguismo na educação da pessoa surda?**

A proposta metodológica escolhida para subsidiar este trabalho é de natureza qualitativa, pois consideramos apropriada para compreender um fato em sua amplitude. As técnicas de construção para o universo pesquisado deu-se em uma escola municipal nesta capital, através de observações e aplicação de questionário. Sobre isso, Godoy enfatiza que a pesquisa qualitativa:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vistas relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

A pesquisa de campo institui-se como um ato a fim de obter informações e os elementos colhidos serão examinados a partir de uma conversação com teóricos, lançando mão de uma interpretação qualitativa, que busque evidenciar conceituações reflexivas, contextualizadas, decorrente do julgamento acadêmico em consequência da pesquisa de campo.

Outro instrumento utilizado na pesquisa foi a observação, esta é uma estratégia de coleta de dados para obtenção de informações em que se utiliza de fatos ou fenômenos para serem estudados. Segundo afirma Romero:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade (ROMERO, 2014, p. 26).

Sendo assim, a observação e o uso do questionário podem ser considerados métodos eficazes para a realização de uma pesquisa.

5.1 CAMPO DA PESQUISA

Escolhemos como campo da pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Dumerval Trigueiro Mendes, pois é uma escola referência num bairro da Zona Sul de João Pessoa com mais de 20 anos de experiência na comunidade. Seu nome é em homenagem a um professor formado em filosofia e letras clássicas, entre outras, que muito contribuiu para a educação do nosso país.

Hoje a escola possui três gestoras, sessenta e seis professores e trinta e cinco funcionários; entre eles está também uma equipe psicopedagógica formada por duas psicólogas, uma assistente social, duas supervisoras e uma orientadora educacional. A escola funciona nos três turnos, do Pré-Escolar ao 9º ano do Ensino Fundamental nos turnos manhã e tarde, Educação de Jovens e Adultos e PROJOVEM no turno da noite, com aproximadamente mil de duzentos alunos totalizados nos três turnos.

Em relação à acessibilidade, possui banheiros adaptados, rampas de acesso e corredores largos que permitem a passagem de cadeiras de rodas. Entretanto, não possui sinalização para pessoas cegas e nem sinalização para surdos.

A escola oferece um Laboratório de Informática, uma Biblioteca, uma Banda Marcial, um Ginásio Poliesportivo e um Laboratório de Ciências. Entre seus programas estão: “Escola Aberta”; “Segundo Tempo”; “Mais Educação” além do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com os seguintes projetos distribuídos nesses programas: “Rodas de Leitura”; “Xadrez”, “Recreio Monitorado” e “Rádio Escola”.

Para uma melhor formação do cidadão, a escola possui parcerias com “CRAS”, “Unidade de Saúde da Família”, “Centro da Juventude”, “Fórum Permanente da Paz e da Cidadania”, “Conselho Gestor da Praça da Amizade”, “Associação Cultural dos Moradores” e “Centro de Ação Comunitária.”

5.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Para fazer parte dessa pesquisa foram escolhidos quatro participantes: a professora de sala regular, a professora de Libras, uma pedagoga que atua na sala do AEE e um intérprete, com idade entre vinte e cinco e quarenta e cinco anos, entre eles, três são concursados, sendo um prestador de serviço. Os mesmos revelaram gostar muito do que fazem e suas opções por estarem nesta área foi querer fazer a diferença na educação inclusiva.

Nossa escolha se deu por esses profissionais lidarem diariamente com a educação dos alunos surdos, nossos sujeitos de estudo nesta pesquisa. Os participantes foram definidos como: Professoras **S** e **R**¹ e para o restante dos sujeitos que participaram desta pesquisa usamos os nomes dos seus cargos, **Pedagoga** e **Intérprete**. Vejamos a seguir suas formações acadêmicas e há quanto tempo atuam em suas funções:

Professora S	Professora R	Pedagoga	Intérprete
Pedagoga, com menos de 1 ano de atuação na área de educação com surdos.	Pedagoga com especialização em Educação Especial. Há 14 anos atua na área de educação com surdos.	Psicopedagoga em formação; Pedagoga com cursos na área de Educação Especial, atua com alunos surdos a 2 anos, na sala do AEE.	Pedagogo em formação, atua na área de Educação Especial há 6 anos. Faz especialização em Libras.

¹ Esses são nomes fictícios a fim de garantir o sigilo dos participantes da pesquisa.

5.3 TIPO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa em si constitui-se como uma forma de obtenção de informações coletadas através de método científico que irão colaborar para a ampliação de conhecimentos e mudanças de visões já adquiridas.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois para entender os fatos sociais e educacionais de forma ampla, essa abordagem tem sido apropriada. A pesquisa qualitativa, segundo Maanen (apud NEVES, 1996, p.1), se constitui em compreender:

[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Mediante nossa questão de pesquisa “Qual a importância do Bilinguismo na educação da pessoa surda?” definimos como objetivo geral deste trabalho analisar a importância do Bilinguismo no contexto escolar dos alunos surdos em uma escola da rede municipal de João Pessoa, no estado da Paraíba. Definimos como objetivos específicos: observar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo; compreender as diferentes abordagens educacionais para os alunos surdos e problematizar o papel do intérprete no contexto escolar.

Para analisar a importância do Bilinguismo para alunos surdos, as propostas pedagógicas e as estratégias metodológicas desenvolvidas pelos agentes da pesquisa, a fim de verificar se, de fato, ocorrem e de que forma ocorre o Bilinguismo na escola Dumerval Trigueiro Mendes, nesta capital, foram definidos como instrumentos de pesquisa a aplicação de um questionário composto de dez questões, fechadas e abertas, observações, registros fotográficos que serviram como base para responder nossa questão de pesquisa assim como os objetivos da pesquisa.

Um questionário é um conjunto de questões, elaborado para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de uma determinada pesquisa seja ela científica ou não. Sabemos que nem todos os trabalhos de pesquisa utilizam o questionário como forma de coleta de dados, porém é um instrumento utilizado para obtenção de respostas para atender a necessidade da pesquisa. Como menciona

Gil (2009, p. 116), o questionário “[...]consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”.

Gil, 1999 citado por Barroso (2012, p. 1) destaca que na observação os fatos são percebidos de forma direta, sem que haja qualquer tipo de intermediação, sendo considerada uma vantagem, em comparação aos demais instrumentos.

Depois de termos feito as observações, buscamos fazer algo mais direcionado para nosso trabalho que foi a aplicação de questionário e através das respectivas respostas analisadas, obtivemos um maior esclarecimento para nossa pesquisa. Assim, os dados gerados pela observação, bem como a aplicação do questionário nos forneceram elementos que a partir de uma conversação com teóricos, analisamos e discutimos as respostas, e, desse modo, contemplamos objetivos do trabalho.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados foram obtidos através de um questionário aplicado aos profissionais de educação da instituição escolar participante. As respostas foram posteriormente organizadas em quadros e, em seguida, analisados os dados obtidos de acordo com o perfil de cada participante. Trata-se de uma análise qualitativa dos dados devido à natureza da pesquisa e às particularidades de cada envolvido. Buscou-se também um embasamento teórico afim de uma articulação com os dados coletados para melhor compreender a importância do Bilinguismo na escola pesquisada, onde estudam alunos surdos.

Vejamos abaixo as respostas dos participantes às questões e o que alguns teóricos falam em seus estudos relacionados ao tema:

	Qual a contribuição do intérprete na sala de aula?
Professora S	“O intérprete, por tratar-se de uma pessoa experiente e estudiosa na área, dá diversas contribuições: sugestões de atividades, auxilia na formação cidadã dos alunos, etc.”
Professora R	“Muito importante a presença do intérprete em sala de aula, por ser o meio de comunicação entre professor e aluno (facilitador).”
Pedagoga	“É muito importante, pois é o contato dele com o professor e o aluno, que irá ajudar no processo ensino e aprendizagem do aluno.”
Intérprete	“Contribuir na acessibilidade entre a comunicação ouvinte/surdo-surdo/ouvinte.”
Teórico	O intérprete especialista para atuar na área da Educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes (QUADROS, 2004, p.54).

Desta forma comparando as respostas dos sujeitos envolvidos com a do autor acima, podemos perceber que o intérprete tem um papel muito importante no contexto escolar, pois ele é o canal de comunicação entre o surdos/ouvintes – ouvintes/surdos, bem como sua interação com os demais profissionais da escola. Na sala de aula, ele assume a função de tradutor para facilitar o entendimento entre os envolvidos em questão, ou seja, o trabalho do intérprete de Língua de Sinais consiste em auxiliar e realizar a mediação entre o aluno e o conhecimento, tanto com a aprendizagem como em todas as questões que envolva o aluno na escola.

	Como se dá a interação do aluno surdo na sala de aula?
Professora S	“Os alunos interagem bem, utilizam o que aprendem nas aulas de Libras em sala, compreendem os ensinamentos da professora e do intérprete.”
Professora R	“Boa, eles conseguem se comunicar com a turma, fazem as atividades em grupo.”
Pedagoga	“De uma forma geral é boa. Porém é relativa devido às particularidades dos alunos.”
Intérprete	“A interação ocorre de forma natural, contudo a comunicação ainda encontra-se limitada.”
Teórico	Os sujeitos, ao interagirem através da linguagem, internalizam ou apropriam de conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais. É no curso destas ações mediadas pelo outro e pelos signos, nas relações sociais, que vão sendo constituídas as funções psicológicas e a formação da pessoa (VYGOTSKY, 1998, p. s/n).

Dessa maneira, ao analisar as respostas dos participantes junto ao pensamento do teórico, não é difícil compreender que a linguagem constitui um processo determinante para o desenvolvimento da criança, já que a falta de domínio

de uma língua a exemplo da Libras, entre surdos e ouvintes ainda é limitada, como afirma um dos sujeitos participantes da pesquisa acima citado, deste modo, concluímos que sem um bom diálogo entre surdos e ouvintes, termina dificultando e impedindo de certo modo a interação, a comunicação e a própria construção de conhecimentos do surdo.

	A escola está adaptada para ensinar alunos com surdez?
Professora S	“A escola dispõe de sala de recursos, profissionais habilitados, professor de Libras, intérpretes, materiais.”
Professora R	“Sim.”
Pedagoga	“Sim, porém como a inclusão é um processo, há um caminho a ser percorrido.”
Intérprete	“Não, os estudantes com surdez infelizmente precisam adaptar-se à escola.”
Teórico	(FRIAS, 2010 apud GONÇALVES; FESTA, 2013, p. 2) a inclusão dos alunos Surdos na escola regular deve contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos.

Entendemos que essas respostas dadas mostram claramente a divergência de opinião de todos os sujeitos da pesquisa, uma vez que as respostas não são homogêneas. A professora S descreve o que a escola possui em termos de adaptação, não sendo direta em dizer se a escola é adaptada ou não, no entanto a

Professora R e a Pedagoga concordam que a escola é adaptada, porém a Pedagoga nos diz que é um processo ainda a ser percorrido. Já o intérprete que tem uma visão, considerada por muitos, mais abrangente em relação às necessidades do surdo, acredita que a escola não é adaptada, ele nos fala que o surdo é que precisa se adequar a escola, portanto ao observarmos a resposta do teórico percebemos que a escola precisa sim de uma adaptação educacional, tanto em seu currículo, como em suas formas educacionais, suas metodologias, entre outros.

	O que você entende por Bilinguismo? Em sua opinião a escola é bilíngue?
Professora S	“Compreendo a educação bilíngue como um conjunto de ações: profissionais surdos no ambiente escolar, presença de intérpretes, professores da sala de aula regular com conhecimento do ensino de Libras (essencial) e de Língua Portuguesa (L2), recursos. Não.”
Professora R	“É a comunicação de duas línguas. Ainda não é, mas está sendo preparada para isso.”
Pedagoga	“Pessoa com conhecimento de duas línguas, no caso específico conhecimento da Libras e do Português. Não, pois todos os profissionais não sabem Libras.”
Intérprete	“O Bilinguismo se dá com o uso de duas línguas. Para os surdos é a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua de seu país na modalidade escrita.”
Teórico	A proposta bilíngue possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação linguística (KUBASKI; MORAES, 2009, p. s/n).

De acordo com as respostas da Professora R, da Pedagoga e do Intérprete, conseguimos identificar que se faz um paralelo com a resposta do teórico no qual todos concordam que o Bilinguismo é o uso de duas línguas, no entanto, é relevante destacarmos que a Professora S não comenta em sua fala o uso dessas duas línguas da mesma forma que o teórico, pois ela acredita que é um conjunto de ações que envolvem profissionais da área da educação, por isso, não entra em consenso com os outros participantes da pesquisa, como também com o teórico acima.

	De que forma o Bilinguismo ajuda na educação de alunos surdos?
Professora S	“Uma educação bilíngue para os alunos surdos facilitaria o acesso à construção do conhecimento.”
Professora R	“Ajuda na formação dos cidadãos, quando ele dá a possibilidade de comunicação e entendimento em todas as áreas.”
Pedagoga	“No acesso e permanência dos surdos na escola, na autonomia do mesmo para a vida.”
Intérprete	“Possibilita o seu reconhecimento como sujeito de direitos. Assim, favorecendo o acesso e permanência do processo educacional.”
Teórico	Skliar (1997, p. 144)[...] o modelo bilíngue propõe, então, dar às crianças surdas as mesmas possibilidades psicolinguísticas que tem a ouvinte. Será só desta maneira que a criança surda poderá atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender.

Para esta questão, podemos observar que se faz necessário modificar o método exercido em sala de aula, pois nas respostas de nossos participantes, percebemos que todos concordam que o Bilinguismo é importante na educação dos alunos surdos de maneira que facilite a construção do conhecimento dando autonomia e desenvolvendo sua identidade cultural como nos descreve o teórico citado acima.

A nosso ver o método mais apropriado seria o Bilinguismo, tendo em vista que será, a partir desse método, que surdos e ouvintes poderão compartilhar suas experiências. Pensar numa educação assim organizada é de total importância, haja vistas as crescentes exigências de uma sociedade brasileira em crescimento marcada pelas disparidades no atendimento educacional aos surdos, pois é essa luta e esse esforço que irão garantir a este público um atendimento decente.

	Que tipo de capacitação o professor recebe para ensinar alunos surdos?
Professora S	“Não participei de capacitação. Durante a graduação fiz um pequeno curso de Libras por vontade própria.”
Professora R	“A capacitação no geral ocorre apenas para os professores que irão trabalhar com alunos surdos, ainda não é para todos.”
Pedagoga	“No caso dos professores da sala regular, nenhuma. No caso dos professores do AEE, existe o curso de Libras em rede.”
Intérprete	“Nenhuma. Esta é uma grande problemática encontrada no processo de educação da pessoa surda. Haja vista que a formação inicial dos professores/as para atuarem junto a estudantes surdos, ainda é falha.”
Teórico	De acordo com Bueno (1999, p. s/n) dentro das atuais

	condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência.
--	---

Compreendemos que os resultados nos levaram a perceber que a formação inicial é insuficiente para habilitar o pedagogo a enfrentar os desafios da educação dos surdos. É certo que a proposta de educação atual ainda não oferece condições suficientes para o atendimento dos alunos com deficiência de forma geral, logo, para que efetivamente ocorra uma capacitação adequada, é necessário que haja uma reformulação no sistema educacional, como também, educadores capacitados e escola adaptada para atender as necessidades de cada aluno.

	<p>Qual é a importância da sala de apoio?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sala de Recursos Multifuncional • Atendimento Educacional Especializado – AEE
Professora S	“É importante ressaltar que o profissional atuante no atendimento especializado deve ter formação específica, pois se encarrega da elaboração, organização dos recursos pedagógicos e da acessibilidade dos alunos ao conhecimento. Porém, se não houver articulação entre o profissional do AEE/sala de recursos e a comunidade escolar, a inclusão pode torna-se um mecanismo de práticas excludentes.”
Professora R	“Porque ela dá todo o suporte para que o aluno possa tirar todas as dúvidas sobre a Libras, e depois estar aprendendo o português como segunda língua, aprofundando seus conhecimentos.”

Pedagoga	“É importante, pois os profissionais delas, no caso do instrutor ou professor trabalham o português e a Libras (L1) com os educandos e português (L2). Eles realizam a ponte com o professor da sala de aula regular.”
Intérprete	“Possibilita aos estudantes um acesso ao atendimento especializado. De acordo com o previsto as políticas públicas em favor da inclusão para surdos. Encontramos ou deveríamos encontrar este atendimento em três modalidades: 1ª ensino de Libras, 2ª em Libras, 3ª ensino de português. Mas não é o que de fato vem sendo adotado na escola em destaque.”
Teórico	Moretti e Corrêa (2009, p.487) valorizaram esse serviço, afirmando que na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, "pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar".

De acordo com o exposto acima, podemos constatar que todos os sujeitos participantes falam que a sala do AEE atendimento educacional especializado é muito importante para os avanços na aprendizagem do aluno surdo, porém vale ressaltar a fala do Intérprete, quando ele se refere que esse atendimento não acontece como deveria, deixando a desejar um atendimento que atendesse as necessidades do aluno surdo. Já a professora S, enfatiza que os profissionais dessa sala devem ter formação específica para atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum e a comunidade escolar, já que são eles os responsáveis das estratégias pedagógicas e da acessibilidade dos alunos ao conhecimento, pois do contrário, essas ações se tornariam uma educação excludente.

Entende-se que tanto os participantes e o teórico reconhecem que o atendimento educacional especializado (AEE) e a sala de recursos multifuncionais

foram criados para dar um suporte para os alunos com deficiência e acreditam na sua importância. Portanto, acreditamos também que quanto mais o AEE acontecer nas escolas regulares, mais benefícios esses alunos terão.

Sendo assim, pensar numa educação inclusiva é de total importância, haja vista as crescentes exigências de uma sociedade brasileira em crescimento marcada pelas disparidades no atendimento educacional aos surdos, pois é essa luta e esse esforço que irão garantir a este público um atendimento decente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos o tema a Importância do Bilinguismo no Contexto Escolar dos Alunos Surdos sendo realizada uma pesquisa de campo em uma escola municipal na cidade de João Pessoa.

Na nossa pesquisa, usamos por base uma abordagem qualitativa, no qual foram feitas dez visitas e conversas informais, em que obtivemos alguns esclarecimentos que nos ajudaram na construção desse trabalho. Após isso, aplicamos um questionário para aprofundarmos o nosso estudo.

Esta pesquisa nos permitiu uma reflexão sobre a prática pedagógica para os alunos surdos. Foram expostos fatos históricos e abordagens teóricas que por muito tempo coordenaram as metodologias educacionais. Com isto, foi possível observar as transformações ocorridas na sociedade em relação à compreensão da surdez e dos métodos de ensino para surdos.

Por muitos anos a sociedade via os surdos como sujeitos anormais que deveriam ser curados mediante a aquisição da linguagem oral. Para isso, os métodos utilizados no ensino dos surdos partiam da ideia de que as pessoas surdas deveriam ser oralizadas para serem desenvolvidas cognitivamente. Esta ideologia orientou a primeira abordagem para o ensino de surdos: o Oralismo. A partir desta abordagem surgiram novas técnicas elaboradas posteriormente. São elas: a Comunicação Total e o bimodalismo que partilham das mesmas concepções do Oralismo, por conseguinte, apesar da mudança da metodologia para os alunos surdos, o objetivo principal do ensino não muda a atribuição das escolas ainda é desenvolver a língua oral como língua majoritária. Geradas as insatisfações sobre estes métodos, na década de 80, surge o Bilinguismo com uma inovada forma de ensinar aos surdos.

Cabe salientar que a sociedade ainda não possibilita a efetivação dos direitos dos surdos, apesar dos avanços no sentido de construir uma educação adequada, pois o que encontramos na escola é uma educação precária, prevalecendo assim, a inclusão excludente, onde o individuo precisa se adequar a escola, quando o que deveria existir era o contrário.

A conversa entre os referenciais teóricos com os dados coletados na pesquisa nos fez ver que mesmo com os grandes avanços em torno da educação da

pessoa com deficiência, por meio da regulamentação da legislação brasileira, no que diz respeito ao direito da pessoa surda e uma educação de qualidade, a realidade enfatiza que ainda há uma grande discordância do que está na lei e o cotidiano escolar, em especial no que tange os profissionais que atuam nesta área, principalmente quanto à questão da formação continuada.

Após estudo e análise dos dados coletados, no decorrer deste trabalho, observamos que se faz necessário o uso do Bilinguismo para o reconhecimento do surdo tanto na instância educacional quanto na social.

Desta maneira podemos concluir que, de acordo com esta perspectiva educacional, diversas são as possibilidades que contribuem para um melhor desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem, pretendendo construir à autonomia do sujeito, garantindo a diversidade, respeitando as diferenças, buscando a efetivação dos direitos e da ampliação da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, A. L. R. **Instrumentos de pesquisa científica qualitativa: vantagens, limitações, fidedignidade e confiabilidade.** 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd172/instrumentos-de-pesquisa-cientifica-qualitativa.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2015.
- _____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- _____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015.
- CAPOVILLA, F. **Filosofias educacionais em surdez: oralismo, comunicação total e bilisguismo.** In: Ciência cognitiva: teoria, pesquisa e aplicação, v. 1, n. 2, 1997. p. 561 – 588.
- CARVALHO, N.S.; **SURDEZ E BILINGUISMO: PERSPECTIVAS, POSSIBILIDADES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO PARA SURDOS**, Salvador, 2010.
- CICCONE, M. **Comunicação Total.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990. Disponível em: <<http://osomdossinais.blogspot.com.br/2013/06/comunicacao-total-as-raizes-do.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- CROCHÍK, J.L. **Apontamentos sobre a educação inclusiva.** In: SANTOS, Gisele A.; SILVA, Divino José. (orgs.) Estudos sobre ética. A construção de valores na sociedade e na educação. São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.
- GARCIA, M. F. S. **A atuação do intérprete em sala de aula.** 2012. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_13_10_2014_22_54_22_idinscrito_1644_00674e8c74cd352440f80fc2bbf90112.pdf. Acesso em: 04 dez. 2015.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa – tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.
- GOLDFELD, M. **A criança surda.** São Paulo: Plexus, 1997.

GONÇALVES, H. B.; FESTA, P. S. V. **Metodologia do professor no ensino de alunos surdos**. 2013. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

HAHN, A.R.O.; LAMZARIN, C.V.; FERREIRA, D.C.; DEUS, V.F.; **O BINLINGUISTO APLICADO À EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SURDOS**; Dezembro, 2009.

HARMERS, J e BLANC, M. **Bilinguality and Bilingualismo**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KUBASKI, C.; MORAES, P. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3115_1541.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2015.

LACERDA, C.F. de. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, Ana Claudia. etal. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA, C.B.F.; MANTELATTO, S.A.C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 21-41. legre: Mediação, 2002.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (Orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. **Sala de recurso no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores**. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382012000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 dez. 2015.

MEGALE, A. H. **Bilinguismo e Educação Bilíngüe – Discutindo Conceitos**. 2005. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2015.

NEVES, L. J. **Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa e Administração, v. 1, n. 3, p.1 São Paulo, 2º sem./ 1996.

OLIVEIRA, E. S.; SILVA, T. P.; PADILHA, M. A. O.; BONFIM, R. S. **Inclusão social: professores preparados ou não?**. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/aeticle/view/3103/2224>. Acesso em: 04 dez 2015.

QUADROS, R.M. de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

ROMERO, T. S. **Os processos de ensino e aprendizagem do aluno com síndrome de down: um estudo no noroeste do Paraná.** 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4440/1/MD_EDUMTE_2014_2_100.pdf. Acesso em: 04 dez. 2015.

SACKS, O. **Vendo Vozes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SACKS, Oliver W., 1993 – **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos/** Oliver Sacks; tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Medicação, 1998.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

THOMA, Adriana da Silva. **Comunidades, cultura, identidades e movimento surdo.** Apostila do Curso de LIBRAS I, 2009 VYGOTSKY, L.S. Concrete humanpsychology. SovietPsychology, v. 27, n. 2, p. 53-77, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEI, L. **Dimensions of Bilingualism.** In: Li Wei, The Bilingualism Reader, 2000.

APÊNDICES



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) colaborador (a) _____

Esta pesquisa é sobre **A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS SURDOS** e será desenvolvida por Josélia Martins da Silva e Nadja Barbosa da Silva Souza, alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. MS. Santuza Mônica França da Fonseca.

O objetivo do estudo é: Analisar a importância do Bilinguismo no contexto escolar dos alunos surdos.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, bem como a sua autorização para apresentar os resultados, desde estudo em eventos e publicações da área de educação.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (o) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Além disso, as pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados.

João Pessoa, _____ de _____ 2015.

Atenciosamente

Josélia Martins da Silva

Nadja Barbosa da Silva Souza

.....

João Pessoa, _____ de _____ 2015

Li o termo acima e declaro que fui devidamente esclarecido (a) sobre a pesquisa, para qual concordo em participar voluntariamente.

Assinatura do Colaborador (a)



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO COM OS ENTREVISTADOS

1 - Quanto a sua formação acadêmica, marque a resposta que melhor se adéqua a você.

- a. Graduado
- b. Especialista
- c. Mestre
- d. Doutor
- e. Outros: _____

2 - Quanto ao tempo que você atua na área de educação com os surdos, marque a resposta que melhor se adéqua a você.

- a. de 1 a 5 anos.
- b. de 6 a 10 anos.
- c. de 11 a 15 anos.
- d. outros: _____

3 – Quanto à função que desempenha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Durmeval Trigueiro Mendes, marque a resposta que melhor se adéqua a você.

- a. docente
- b. técnico

c. () intérprete

d. () outros: _____

4 - Qual a contribuição do interprete na sala de aula?

5 - Como se dá a interação do aluno surdo na sala de aula?

6 - A escola está adaptada para ensinar alunos com surdez?

7 - O que você entende por Bilinguismo? Em sua opinião escola é bilíngue?

8 - De que forma o Bilinguismo ajuda na educação de alunos surdos?

9 - Que tipo de capacitação o professor recebe para ensinar alunos surdos?

10 - Qual é a importância da sala de apoio?

- Sala de Recursos Multifuncional
- Atendimento Educacional Especializado – AEE

ANEXOS

